

Resultados do QREN

Contributos para 2014-2020

Contributo do QREN

para a inclusão social em territórios urbanos problemáticos

Porquê esta avaliação?

A **coesão social** constitui uma das cinco prioridades do **Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN)**, que no conjunto dos instrumentos cofinanciados representa globalmente 40,1% do fundo aprovado até novembro de 2012.

Considerado que a **pobreza e a exclusão social revelam uma diferente incidência territorial, com forte expressão nas áreas urbanas mais desfavorecidas**, o QREN tem apoiado a concretização de medidas de política pública especificamente dirigidas a estes territórios (e.g., Parcerias para a Regeneração Urbana, Programa Escolhas, Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes, Contratos Locais de Desenvolvimento Social).

A avaliação visou **identificar os resultados alcançados pelas intervenções apoiadas pelo QREN na inclusão social dos residentes nestes territórios urbanos**, tendo-se focalizado em oito situações: Aldoar (Porto); Vale da Amoreira (Moita); Cruz da Picada/Malagueira (Évora); Vila D'Este (Vila Nova de Gaia); Tapada das Mercês (Sintra); Centro Histórico do Porto (Porto); Centro Histórico de Coimbra (Coimbra); Mouraria (Lisboa).

O **atual contexto social, a prioridade atribuída à inclusão social e ao combate à pobreza pela estratégia Europa 2020 e pelos pressupostos do Acordo de Parceria**, que estão atualmente em discussão pública, reforçam a pertinência desta avaliação e a necessidade de conhecer os fatores que concorrem para uma ação mais eficaz, eficiente e sustentável na geração das mudanças sociais.

Principais resultados da avaliação

Verificaram-se **resultados muito positivos na autonomização e capacitação dos indivíduos**, com 76% dos destinatários finais de intervenções apoiadas pelo QREN a reforçarem as competências técnicas e 66% a aumentarem as qualificações escolares e profissionais. Todavia, a amplitude da mobilização para processos de qualificação foi limitada, devido aos défices de autoestima e de motivação para a aprendizagem.

As **mudanças nas condições de habitabilidade, embora muito positivas em alguns territórios**, foram desiguais, consoante a utilização do FEDER, e insuficientes na reabilitação dos centros históricos, dada a inelegibilidade destas intervenções nos regulamentos comunitários.

As intervenções contribuíram para uma **melhoria da imagem dos territórios**, percecionada por 89% dos destinatários finais, com efeitos na redução da estigmatização, no reforço do sentido de pertença e na dinamização do tecido social e económico local.

As intervenções apoiadas ajudaram a **valorizar a diversidade étnica e cultural das comunidades**, criando condições muito positivas para que os imigrantes alcancem uma plena participação na sociedade. 77% dos imigrantes destinatários finais de intervenções do QREN a reconhecerem ganhos na sua integração nas comunidades.

Devido à crise económica, o **esforço de capacitação educativa e profissional tem sido insuficiente para promover a empregabilidade** com a escala e a rapidez desejável, sendo necessário complementar estas ações com instrumentos que facilitem o acesso e a criação do próprio emprego.

Principais recomendações dos avaliadores

Promover uma **maior coordenação estratégica entre os instrumentos de política pública** que visam a inclusão social nos territórios urbanos problemáticos, monitorizando as áreas urbanas com níveis mais graves de exclusão e concertando o desenho e a implementação dos instrumentos (emprego, formação, educação, saúde e inclusão de imigrantes e minorias étnicas).

Promover **abordagens urbanas integradas para a inclusão**, apoiadas pelo FEDER e pelo FSE, enquadradas em estratégias de desenvolvimento local de longo prazo, conduzidas por consórcios locais (autarquias, terceiro setor e empresas), dinamizadas por estruturas de animação e com acompanhamento das Redes Sociais, com uma coordenação nacional que promova a avaliação, aprendizagem em rede e a divulgação de resultados.

Promover o **aumento dos níveis de autonomia e de capacitação dos indivíduos**, intensificando as ações dirigidas aos públicos mais afetados pela crise económica, nomeadamente os jovens, os desempregados mais velhos e os de longa duração, e apoiando as organizações locais a desenvolver ações que visem mobilizar e motivar os indivíduos para processos de aprendizagem e formação estruturados.

Melhorar as condições de habitabilidade e de convivência nos territórios urbanos problemáticos, promovendo a criação de identidades territoriais diferenciadoras, diversificando as respostas dirigidas aos idosos e intensificando a reabilitação urbana, qualificando prioritariamente os alojamentos insalubres.

Reduzir a incidência das várias formas de discriminação, reforçando a mediação e o diálogo intercultural na promoção da educação, da cidadania e em atividades orientadas para a integração das comunidades ciganas, e mantendo a aposta nos serviços de proximidade para imigrantes.

Intensificar o combate ao desemprego apoiando o *marketing* dos ativos desempregados, promovendo a capacidade empreendedora das organizações da economia social, intensificando o apoio ao empreendedorismo jovem e à transição para a vida ativa e assegurando o acesso a sistemas de incentivos que promovam a dinamização económica e o emprego local (sistemas de incentivos *minimis*, micro-crédito e negócios sociais).

Dar continuidade à **redução do abandono escolar precoce, do absentismo e do insucesso**, assegurando que os equipamentos educativos que servem os territórios urbanos problemáticos continuam a beneficiar de meios adicionais para o desenvolvimento dos seus Planos de Melhoria, e que são reforçadas as abordagens partilhadas que envolvam a Escola e a Comunidade.

Ficha técnica do Estudo

Período de realização: novembro de 2012 a junho de 2013

Equipa de avaliação: Agrupamento Augusto Mateus & Associados/Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda

Entidade adjudicante: Observatório do QREN / Secretaria-Geral do Ministério das Finanças

Método de adjudicação: Concurso Público

Custo: 40.000 euros.

Mais informações em:

<http://www.observatorio.pt/>